

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Nº do processo: 307125

Folha nº: 013

Assinatura: [assinatura]

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contratação de Instituição Financeira pública ou privada autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de:

1.1.1. (I) operacionalização, **com exclusividade**, da FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ;

1.1.2. (II) realização, **sem caráter de exclusividade**, mas com preferência para vencedora do certame, do pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumos da Administração Direta e Indireta do município de Rio Claro/RJ, excluídos os pagamentos de obrigações vinculadas a recursos provenientes de transferência voluntárias, bem como aquelas onde há obrigatoriedade de movimentação financeira em instituição bancária oficial, tais como: FNDE, FUNDEB, PNAE, PNAC, entre outras;

1.1.3. (III) concessão de empréstimo consignado, **sem caráter de exclusividade**, aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ, conforme disposto na Resolução CMN nº 5.004, de 24/3/2022.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

2.1 A Necessidade da Contratação:

A justificativa inicial é a necessidade de o município operacionalizar os créditos dos salários decorrentes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato pelo poder Executivo do Município, por meio de instituição financeira que ofereça esse tipo de serviços.

O Município de Rio Claro centraliza atualmente o processamento dos pagamentos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários, por meio de crédito em contas abertas no banco Itaú Unibanco. Tendo em vista a eminência do fim do contrato atual, faz-se necessário que se inicie o processo licitatório objetivando atender os princípios de planejamento e eficiência administrativa.

Registra-se que a demanda da folha de pagamento, atualmente, é estimada em 1.996 (mil novecentos e noventa e seis) servidores. Tal número, reforça a inviabilidade de efetivação manual dos pagamentos.

Nº do processo: 367/25

Folha nº: 014

Assinatura: [assinatura]

2.2 O Problema a ser Resolvido:

Considerando que este é um serviço fundamental para a Administração Pública, faz-se necessário os procedimentos administrativos pertinentes à contratação de instituição para que realize o pagamento, mediante lançamento em conta, da totalidade dos salários e quaisquer vantagens devidas aos servidores públicos municipais e empregados públicos da Administração Direta e Indireta abrangendo os servidores ativos e inativos abrangidos no objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, lançados em contas salários individuais na Instituição Financeira contratada. Tal pagamento terá como base a folha de pagamento gerada pelo Município.

2.3 O Interesse Público na contratação:

A contratação pretendida apresenta-se como uma forma de geração de retorno financeiro para a administração pública a ser utilizado em prol do interesse público, além de garantir que as operações financeiras de pagamento sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz, uma vez que são prestadas por instituição especializada.

Considerando ser um serviço indispensável para manutenção da Administração Pública Direta e Indireta, a contratação far-se-á através nos moldes e diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais – PCA?

() SIM

(x) NÃO

No caso de SIM, especificar o item do PCA

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

As datas de pagamento, no que tange ao crédito a ser efetuado nas contas salariais do funcionalismo, serão mensalmente informadas com antecedência mínima de um dia à contratada, visto que se trata de transferência eletrônica de valores.

À instituição financeira caberão as seguintes obrigações:

- Se comprometer a respeitar, integralmente e irrestritamente, todas as disposições expressas na Lei Geral de Proteção de Dados – nº 13.709/2018, bem como a todos os princípios nela contidos, a fim de utilizar os dados pessoais que possuem acesso para, tão somente, cumprir a finalidade descrita neste termo;
- O Município estará isento de toda e qualquer cobrança de tarifa, taxa ou similar não prevista, referente ao objeto licitado. Serviços não previstos serão pactuados em contratos e negociações em separado, devendo as tarifas serem compatíveis com o mercado;
- Não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços ao Município e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio e fornecimento de relatórios;
- A abertura, condições de uso e movimentação das contas serão definidas em legislação própria do Banco Central do Brasil, de forma que, considerando as regulamentações presentes do BACEN, fica definido a livre negociação entre a Instituição Financeira e Servidor Municipal dentro dos limites legais estabelecidos;
- Deverá respeitar a regra da PORTABILIDADE BANCÁRIA e da CONTA SALÁRIO, a qual se constitui de conta livre de onerosidade aos funcionários da Prefeitura Municipal de Rio Claro, para que recebam sua remuneração em conta exclusivamente salário aos que optarem por esta modalidade e que haja isenção de qualquer tarifa/taxa de produtos ou serviços e encargos de qualquer natureza sobre suas contas, bem como, o direito à isenção da taxa de transferência de recursos (portabilidade) para a instituição financeira indicada pelo servidor, caso esta não seja a vencedora do certame;
- Deverá fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado e proceder, sem ônus para o município, com todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento de pessoal do município;
- É vedada a subcontratação de outra instituição bancária, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para execução total ou parcial do objeto contratado;
- Disponibilizar aos servidores aplicativo instalável em dispositivos móveis, compatíveis com sistemas operacionais Android e IOS, capaz de realizar as operações nas contas dos funcionários. Caso os sistemas de segurança da

contratada utilizem recursos de ativação e validação destes dispositivos móveis, sendo possível a ativação destes dispositivos em terminais de autoatendimento ou por meio de outro dispositivo móvel previamente autorizado, não obrigando que os funcionários possuam um computador com sistema operacional Windows para realizar esta ativação;

- Indicar o gestor responsável para atender o município durante a vigência do contrato;
- Possuir toda a estrutura necessária para execução dos serviços contratados;
- Aplicam-se integralmente as regras trazidas pelos normativos do CMN/BACEN, inclusive quanto à escolha, pelos servidores, da abertura de conta corrente ou conta salário junto ao banco contratado para recebimento de seus vencimentos.

À Instituição contratada será concedido, em caráter de **exclusividade**, durante toda vigência contratual a execução dos seguintes serviços:

- Centralização e processamento de créditos provenientes da totalidade da folha de pagamento gerada pelo poder executivo do Município, incluindo servidores inativos abrangidos no objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, lançados em contas salários individuais na Instituição Financeira contratada;
- A Instituição Financeira não poderá recusar a abertura de conta salário em nome do servidor municipal ativo e inativo abrangidos no objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação;
- As contas de livre movimentação, decorrentes do relacionamento entre a Instituição Financeira e os servidores municipais somente serão abertas com anuência destes;
- A Instituição Financeira deverá abrir conta-salário para todos os servidores municipais ou, conforme o interesse do servidor, realizar a abertura de conta corrente na forma disposta pelas regulamentações do Banco Central e CMN. As contas salários PODERÃO ser vinculadas às contas correntes da própria Instituição Financeira ou às contas de outras instituições para portabilidade, conforme a opção do servidor municipal;
- A movimentação da conta corrente do servidor municipal dar-se-á nos estritos termos da legislação pertinente;

- A Instituição Financeira deverá garantir a portabilidade das suas operações de crédito realizadas com pessoas naturais, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra Instituição Financeira, observados os procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº. 5057 /2022 e 5058/2022 e suas disposições atualizadas.

Nº do processo: 367/25

Folha nº: 047

Assinatura: [assinatura]

À Instituição contratada será concedido, **sem caráter de exclusividade**, durante toda vigência contratual a execução dos seguintes serviços:

- Concessão de empréstimos, produtos de crédito e financiamento aos servidores/empregados ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ, mediante consignação em folha de pagamento;
- Processamento de créditos referentes ao pagamento de fornecedores, bens, serviços e demais movimentações de recursos financeiros relativos à Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município.

4.1 Qualificação Técnica

A Instituição Financeira deverá comprovar requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira comumente exigidos nos processos de contratação do órgão, além do seguinte requisito de qualificação técnica:

Regularidade de funcionamento comprovada por meio de apresentação de certidão e/ou declaração emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

4.2 Documentos que deverão ser apresentados juntos com a proposta

- Declaração de ciência e concordância com todas as condições previstas no edital de contratação;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, compreendendo:
 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual e Municipal;
 - Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- Declaração de cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 5.004, de 24 de março de 2022, no que tange à concessão de crédito consignado.

4.3 Vistoria Prévia

Não se aplica

4.4 Apresentação de amostra e/ou demonstração dos serviços por parte da licitante vencedora provisória

Considerando a natureza do objeto, entende-se que não será necessária a exigência de amostra ou demonstração técnica dos serviços, uma vez que:

- Trata-se de serviços padronizados, amplamente regulamentados e prestados de forma consolidada por instituições financeiras de grande porte e reconhecida atuação no mercado;
- As condições de execução contratual e a qualificação técnica e operacional da instituição bancária serão devidamente comprovadas por meio da habilitação e de documentos técnicos exigidos no edital;
- A demonstração funcional dos sistemas e plataformas bancárias não será fator determinante para a avaliação da proposta, podendo ser aferida durante a fase inicial do contrato, mediante cronograma de implantação e fiscalização contratual.

Adicionalmente, de acordo com o § 3º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021 e a Súmula nº 16 do TCE/RJ, a exigência de amostra ou demonstração deve se restringir aos casos em que essa providência seja tecnicamente indispensável à avaliação do objeto, o que não se aplica à presente contratação, uma vez que as instituições habilitadas já operam com plataformas validadas, homologadas e sob fiscalização do Sistema Financeiro Nacional.

Nº do processo: 367125

Folha nº: 048

4.5 Qual deverá ser a vigência do contrato/prorrogação/reajuste

Assinatura: [assinatura]

O prazo de vigência da contratação será 60 (secenta) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. A opção pela contratação plurianual, com prazo inicial de duração acima de 12 meses, tem como objetivo alcançar a maior concorrência, melhores preços, participação de empresas melhores qualificadas para prestar o serviço e relacionamento duradouro de parceria e confiança.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO
A	A.1 O	Operacionalização, com exclusividade , de 100% da folha dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ, bem como àqueles admitidos durante o prazo de execução do contrato, mediante crédito a ser efetuado em conta corrente/salário sem qualquer custo ou ônus para os mesmos.
	A.2	Pagamento, sem exclusividade , dos fornecedores, bens e prestadores de serviços
	A.3 D	Concessão de empréstimo consignado, sem exclusividade , aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ.

O Município conta com aproximadamente 1.996 (mil novecentos e noventa e seis) servidores no banco de dados com remunerações que variam de acordo com o quadro abaixo. Vale ressaltar que o número e média remuneratória de servidores poderá sofrer variações de acordo com possíveis novas contratações/nomeações/desligamentos/exonerações.

Nº do processo: 367/25

Dados da Folha de pagamento

Folha nº: 019

Quantidade de empregados

Assinatura: 

Renda Mensal	Efetivos	Comissionado s/ Temporários	Estagiários	Conselheiros tutelares	Aposentados/pensionistas	Totais
Até R\$ 1.000,00	-	9	91	-	-	100
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	55	58	-	-	152	265
De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	281	91	-	-	46	418
De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	217	116	-	5	58	396
De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	134	20	-	-	38	192

Acima de R\$ 5.000,00	383	66	-	-	176	625
TOTAL	1.070	360	91	5	470	1996
Valor bruto mensal	R\$ 5.299.463,77	R\$ 1.766.561,77	R\$ 55.944,66	R\$ 15.430,05	R\$ 2.179.370,44	R\$ 9.316.770,69

O dimensionamento do quantitativo foi obtido com base em informações que permitiram aferir o valor médio de mercado para a contratação pretendida. Desse modo, em um primeiro momento, para realizar a pesquisa de mercado, foi utilizado o Portal de Compras Públicas do Governo Federal (PNCP), e levou-se em consideração contratações de 04 (quatro) órgãos e entidades públicas com o mesmo objeto a ser contratado, órgãos estes: Município de Vassouras/RJ, Município de Miracema/RJ, Município de Bom Jesus de Itabapoana/RJ e Município de Miguel Pereira/RJ.

Vale ressaltar, que a busca de informações junto ao Portal de Compras Públicas do Governo Federal (PNCP), foi baseado em órgãos que possuem características semelhantes à pirâmide salarial, da Prefeitura Municipal de Rio Claro, o que lapidou o presente estudo, tornando-o eficaz e mais preciso.

Inicialmente fizemos as atualizações do último processo da Prefeitura Municipal de Rio Claro, sendo: Processo Licitatório nº 216/2020 – Pregão Presencial nº 022/2020. Foi atualizado o nº de funcionários e aplicado o IGP-M (FGV) do período, onde obtivemos os seguintes resultados:

Nº do processo: 36725

Folha nº: 020

Assinatura: [assinatura]

Ano	Nº Funcionários (A)	Valor Contrato (B)	Instituição Financeira	Prazo Contrato (meses) (C)	Valor por servidor proporcional ao prazo de contrato (R\$) (B/A)/C (D)
2020	1.595	R\$ 1.462.000,00	Itaú Unibanco S.A.	60 (C)	15,27
Valor Estimado para o presente processo					

Ano	Nº Funcionários (E)	Valor IGP-M do período (F)	Valor 2020 por servidor corrigido pelo IPCA-Índ. do período (D * F) (G)
-----	---------------------	----------------------------	---

2025	1.996	1,419580	21,68
------	-------	----------	-------

O quadro a seguir representa a relação dos processos pesquisados e analisados junto ao Portal de Compras Públicas do Governo Federal (PNCP) e resume as condições negociadas por alguns dos governos municipais do nosso Estado no último ano, que foram utilizados como parâmetros para os preços definidos. Observa-se:

ÓRGÃO	MODALIDADE	DATA DO CONTRATO	Link do Contrato no PNCP	Instituição Financeira Vencedora	Quantidade de servidores	Valor Contratado (R\$)	Prazo Contrato (meses)	Valor média por servidor proporcional ao prazo de contrato (R\$)
Município de Vassouras/RJ	Pregão	março-25	https://pncp.gov.br/app/contratos/32412819000152/2025/14	Itaú Unibanco	2834	2.935.000,00	60	17,26
Município de Miracema/RJ	Pregão	julho-24	https://pncp.gov.br/app/editais/29114121000146/2024/3	Itaú Unibanco	2027	3.120.000,00	60	25,65
Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ	Pregão	janeiro-25	https://pncp.gov.br/app/contratos/29112760000172/2025/1	Caixa Econômica	1359	1.797.000,00	60	22,04
Município de Miguel Pereira/RJ	Pregão	abril-24	https://pncp.gov.br/app/contratos/32415283000129/2024/11	Banco Bradesco	1728	2.404.423,00	60	23,19
MÉDIA								22,04

Nº do processo: 362/25

Folha nº: 021

Assinatura: [assinatura]

QUANTIDADE SERVIDORES	1.996
-----------------------	-------

QUANTIDADE DE MESES CONTRATO	60
VALOR MÉDIO POR SERVIDOR	22,04
VALOR ESTIMATIVO EM R\$	2.639.510,40

Foram considerados dois parâmetros principais para o levantamento de preços de mercado:

- O valor atualizado do último contrato firmado pela própria Prefeitura de Rio Claro (2020), corrigido pelo índice IGP-M/FGV até a presente data, que resultou em um valor de **R\$ 21,68 por servidor/mês**;
- O valor médio obtido por meio da pesquisa junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerando contratos similares celebrados por quatro municípios fluminenses no último ano, cujo resultado foi de **R\$ 22,04 por servidor/mês**.

A diferença entre os dois valores é de apenas **R\$ 0,36 (cerca de 1,63%)**, o que demonstra uma coerência significativa entre os resultados, indicando que ambos refletem adequadamente a realidade de mercado atual para esse tipo de contratação.

Essa convergência entre os dados evidencia que:

- A estimativa histórica da Prefeitura, atualizada por índice oficial, permanece compatível com os preços praticados atualmente por outros entes públicos com características semelhantes;
- A pesquisa de preços com múltiplas fontes valida a metodologia adotada e confere maior confiabilidade ao valor final estimado;
- A variação percentual entre os dois valores é pequena e não compromete a razoabilidade da estimativa global, sendo inclusive desejável em um processo comparativo que envolve diferentes bases de dados e períodos de referência.

Chega-se ao valor estimado global de contratação de **R\$ 2.639.510,40 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos)**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a contratação na forma descrita nesse estudo. Para a contratação em tela, verificou-se o dimensionamento do quantitativo de usuários a

serem atendidos, bem como a estimativa de valores, foi realizado com base em dados atualizados da Administração Municipal e em pesquisa de mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.639.510,40 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos)**, para uma quantidade de 1.996 (mil novecentos e noventa e seis) servidores.

O valor estimado acima deverá ser pago pela Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de pagamento da folha salarial, bem como àqueles admitidos durante o prazo de execução do contrato, mediante crédito a ser efetuado em conta-corrente/salário sem qualquer custo ou ônus para os mesmos e pagamento, sem exclusividade, dos fornecedores e prestadores de serviços.

Os valores aqui apresentados são meramente indicativos, não se tratando dos preços de referência da futura contratação, o qual será realizado oportunamente quando da elaboração do Termo de Referência, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

A contratação refere-se à Contratação de Instituição Financeira Pública ou Privada autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços, com exclusividade, de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município de Rio Claro/RJ, incluindo o pagamento, sem exclusividade, a fornecedores e prestadores de serviços, e também, sem exclusividade, a concessão de empréstimo consignado

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

Esta contratação, será licitada de forma GLOBAL, nos termos do §3º, incisos I e II do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, por conta da interdependência dos serviços, causando desta forma uma espécie de unidade no todo. O desmembramento do objeto, nesse sentido, foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica. Caso fossem contratadas duas empresas, haveria uma significativa

dificuldade em determinar a responsabilidade em caso de falhas na execução do serviço, podendo comprometer a adoção das providências cabíveis.

Ademais, impede ressaltar que ter uma única empresa responsável pelo objeto, torna o controle de fiscalização do objeto licitado muito mais eficaz por parte da contratante, melhora e facilita o acompanhamento de problemas e soluções, e sobretudo na verificação das obrigações e atribuições da contratada, reduzindo os riscos de falhas e insucesso

Ainda, corroborando a contratação por agrupamento de itens, ressalta-se a viabilidade da metodologia pleiteada e a disponibilidade de empresas para execução do objeto, ao passo que essa é a forma mais usual de contratação no mercado.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

- Garantir a eficácia e redução de custos no processo de pagamento da folha salarial dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município;
- Atração de maior número de instituições financeiras estimulando a competitividade;
- Obter receita em favor da Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ para a exploração da gestão da folha de pagamento ao longo de todo o contrato, sabendo que o pagamento aos servidores públicos é mensal, sendo imprescindível, contrato em caráter continuado, tendo em vista que são serviços auxiliares e necessários à Administração e, caso sejam interrompidos, poderão comprometer a continuidade de atividades essenciais, já que a ausência de pagamento das remunerações dos empregados públicos pode acarretar greves e por se tratar de serviços de urgência e emergência, poderá causar desassistência à população;
- Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município, visando centralizar e processar os créditos da folha de pagamento, sem ônus para a Prefeitura, bem como efetuar os pagamentos, sem exclusividade, a fornecedores e prestadores de serviços.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

11.1 Designar o agente de contratação da Administração, o fiscal e o gestor do contrato;

Nº do processo: 362/25

Folha nº: 824

Assinatura: 

11.2 Atualizar a quantidade de beneficiários envolvidos, o volume financeiro da folha de pagamento e a massa de operações relativas ao empréstimo consignados existentes;

11.3 Verificar a necessidade de ajustes nas rotinas de processamento de folha de pagamento, visando adaptá-las aos padrões dos arquivos de remessa e retorno da instituição financeira;

11.4 Testar o envio de arquivos de remessa e recebimento dos arquivos de retorno por meio do sistema disponibilizado pela instituição financeira.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Não haverá impactos ambientais à contratação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Este Membro da Comissão orçamentária ou Comissão, declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro – RJ, 23 de outubro de 2025.



Taís Marques Oliveira de Lima
Assessora de Planejamento e orçamento
Matr. 34/023

Nº do processo: 367/25

Folha nº: 025

Assinatura: 